

# Resumo de notícias econômicas

30 de Agosto de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 163

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 30 DE AGOSTO DE 2021

## Variante adia retomada em Nova York

### Reuters

Para a cidade de Nova York e sua economia de trilhões de dólares, setembro deveria marcar um retorno à vida normal, um momento em que os teatros da Broadway voltariam a funcionar, as lojas e os restaurantes retomariam clientes e turistas, e os funcionários dos escritórios preencheriam as ruas outra vez. Mas esse marco tão esperado foi por água abaixo por causa da variante Delta da covid-19. Grandes empresas, uma após a outra, adiaram os planos de voltar às gigantescas torres comerciais de Manhattan. Feiras e conferências foram canceladas. E algumas pequenas empresas viram seus clientes desaparecerem.

É um retrocesso para uma cidade que ficou atrás do resto do país na recuperação econômica, com uma taxa de desemprego de 10,5%, quase o dobro da média nacional. Agora, em vez de ver a recuperação completa com a qual contava, Nova York enfrenta novos desafios.

“A variante Delta é uma ameaça significativa à recuperação da cidade”, disse Mark Zandi, economista-chefe da consultoria Moody's Analytics. “Isso não vai ser fácil. Ainda vai levar um bom tempo até que a cidade de Nova York recupere seu ritmo econômico.”

Os casos de covid-19 aumentaram acentuadamente na cidade desde o início de julho, atingindo o nível mais alto desde abril. As hospitalizações não aumentaram tanto, e a taxa de mortalidade permaneceu baixa. De qualquer maneira, a situação preocupa, e a cidade começou a exigir que proprietários e funcionários de bares, restaurantes, academias e locais de entretenimento fechados apresentassem comprovante de vacinação – algo que não estava previsto no início de junho.

Há sinais de esperança ou, pelo menos, de determinação. Os shows da Broadway, um ímã para turistas, estão prestes a recomeçar em setembro, assim como

as aulas presenciais nas escolas da cidade, o que libertará alguns pais, mães ou responsáveis para retornar ao mercado de trabalho. Mas, mesmo com a cidade patrocinando uma semana de comemoração pela reabertura, que teria como ponto alto um show no sábado passado no Central Park, interrompido por um raio, o cancelamento de feiras e outros grandes eventos tem aumentado.

O número total de pessoas empregadas continua mais de meio milhão abaixo do que era antes da pandemia, com perdas acentuadas persistindo nos setores de lazer e acomodação e em outros segmentos de trabalho braçal. A recuperação desses empregos no setor de serviços depende em parte do retorno dos funcionários de escritórios que têm trabalhado remotamente – e até mesmo deixaram a cidade.

Muitas empresas tinham como objetivo trazer os funcionários de volta ao escritório logo após o feriado do Dia do Trabalho (primeira segunda-feira de setembro), pelo menos por meio período. Mas esses planos foram descartados. O Facebook, que emprega 4 mil pessoas em Nova York, adiou o retorno até janeiro; enquanto as gigantes do mundo das finanças Blackrock e Wells Fargo atualmente planejam um retorno em outubro.

A Boston Properties, empresa de investimento imobiliário que tem mais de um milhão de metros quadrados de imóveis na região de Nova York, disse que cerca de 40% daqueles que ocupavam os locais antes da pandemia voltaram aos seus prédios no início de junho, com base no uso de crachás para entrar nos edifícios. Em agosto, em meio à alta da variante Delta e às viagens de férias, esse número caiu para cerca de 30%, segundo Owen Thomas, presidente da empresa. “Acho que o retorno ao escritório é uma questão de ‘quando’, e não uma questão de ‘se’”, afirmou. “A variante Delta está afetando o quando.”

Ao mesmo tempo, os eventos corporativos presenciais estão novamente em perigo. Zandi, o economista da Moody's, tinha duas palestras presenciais marcadas para setembro e outubro, mas elas foram transformadas em eventos remotos.

## **Crise hídrica deve afetar margens de empresas do setor de energia elétrica**

### **Broadcast**

A crise hídrica e os efeitos sobre o custo de energia devem se refletir sobre os resultados das empresas do setor. Nesta semana, o governo anunciou medidas para tentar fazer frente ao aumento dos custos nos próximos meses e anunciou que órgãos públicos deverão reduzir o consumo em até 20%. Também afirmou que criará um programa de bônus ao cliente residencial que conseguir economizar.

Na opinião de analistas, as empresas de geração tendem a ser as mais impactadas pela pior crise hídrica dos últimos 91 anos. Isso porque terão custo de produção maior, com reflexo nas margens de lucro e aumento de preços ao consumidor. "Além da perda de receita devido ao menor volume gerado por causa da escassez de água, os custos serão maiores, uma vez que elas terão de ir ao mercado livre para comprar energia", diz o analista Alexandre Marques, da Elite Investimentos. Já as distribuidoras também podem sofrer, já que os usuários tendem a gastar menos em razão da conta de luz mais cara. Malek Zein, da Mycap, diz que elas podem ser impactadas pela eventual alta na inadimplência.

Apenas as transmissoras estariam em situação menos crítica, uma vez que as receitas são reajustadas pela inflação e não dependem do volume nem do preço da energia transmitida.

Os analistas são unânimes em considerar que todo o sistema produtivo será prejudicado. Haverá maior pressão sobre custos de produtos e serviços, com provável repasse aos preços finais, com reflexos ainda na inflação. A redução do consumo e da capacidade produtiva pode ter efeito ainda sobre o PIB do quarto trimestre e do primeiro trimestre de 2022, prevê Henrique Esteter, da Guide Investimentos.

## **Como o aperto monetário afeta os juros**

### **Broadcast**

A alta de juros de diferentes modalidades de crédito para pessoas jurídicas foi disseminada em julho, mantendo uma tendência que vinha sendo observada há alguns

meses. Essa evolução, como observou o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central (BC), Fernando Rocha, está “em linha com as decisões de política monetária de aumento da Selic”. As estatísticas monetárias e de crédito divulgadas pelo BC mostram, porém, que os juros médios subiram pela primeira vez em três meses em julho, quando ficaram em 20,5%, ante 20,0% em junho. A alta generalizada é apontada como consequência do aumento dos custos de captação dos bancos e dos spreads bancários, como consequência do aperto monetário decidido pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. A taxa básica Selic, que estava em 2,0% em janeiro, vem sendo elevada em sucessivas reuniões do Copom e hoje está em 5,25% ao ano. O objetivo é conter a aceleração da inflação, que no acumulado de 12 meses alcançou 9,30% em agosto (medida pelo IPCA-15 do IBGE).

Altas mais expressivas dos juros do sistema financeiro foram identificadas nas operações com taxas livremente definidas pelo mercado, consideradas as mais sensíveis às variações da Selic. Os juros médios das operações livres subiram de 28,4% para 28,9% ao ano entre junho e julho; o custo do crédito direcionado, de sua parte, passou de 7,3% para 7,4%.

Os juros subiram em 13 das 17 linhas acompanhadas pelo Banco Central, incluindo capital de giro e desconto de recebíveis. O juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito subiu 4 pontos percentuais, passando de 327,5% em junho para 331,5% em julho. É a modalidade de crédito mais cara do mercado e deve ser usada em situações de emergência financeira extrema, dado seu custo.

O estoque de operações de crédito aumentou 1,2% entre junho e julho, sustentado sobretudo pelas operações com pessoas físicas. O endividamento das famílias com o sistema financeiro bateu novo recorde, chegando a 59,2% dos rendimentos em maio, ante 58,3% em abril. Apesar do aumento das dificuldades das famílias e das empresas, não houve variação significativa da taxa de inadimplência. Nas operações de crédito livre, passou de 2,9% para 3,0% entre junho e julho.

## Presidente do BC minimiza risco fiscal

### O Estado de S. Paulo

Um dia depois de o STF confirmar a autonomia do Banco Central, o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, fez ontem um discurso mais alinhado com o governo, argumentou que os números atuais não mostram a deterioração do cenário fiscal – repetindo que há diferença entre percepção com ruídos e realidade – e ainda voltou à narrativa de que a alta dos preços é “temporária”. “Cadê a grande deterioração fiscal? Números não mostram isso”, disse ele, durante seminário promovido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e pela Esfera, que contou ainda com a participação do presidente da Câmara, Arthur Lira.

O discurso é bem mais ameno do que o feito no dia 13 de agosto, quando Campos Neto disse que “é impossível para qualquer Banco Central do mundo fazer um trabalho de segurar as expectativas (de inflação) com o fiscal descontrolado”. Na terça-feira passada, ele já tinha baixado o tom ao dizer que via “um pano de fundo melhor do fiscal”.

Ele citou a evolução das projeções no Boletim Focus (uma consulta semanal feita pelo BC a uma centena de economistas) e disse que as estimativas para a dívida bruta estão melhorando desde novembro de 2020 e que, neste momento, as projeções são bastante parecidas com o cenário anterior à pandemia. Para 2021, a projeção é de 81,5% do PIB, contra 81% da estimativa do governo antes da pandemia. Para o resultado primário (a diferença entre tudo o que o governo arrecada e o que gasta), a projeção antes da pandemia era de déficit de 1,0%, em 2021, e zero em 2022; agora, é de 1,70% e 0,30%, 0,40%, disse Campos Neto.

O presidente do BC refutou o argumento de que a melhora fiscal é explicada apenas pela inflação. “A inflação teve seu efeito, mas há vários efeitos que são importantes”, disse, citando o maior consumo de bens (que geram maior arrecadação tributária) na pandemia e de serviços formais online ante informais. Campos Neto disse que existe ruído de associar processo eleitoral a medidas do governo, referindo-se a críticas de que o fundo que viria a ser criado na PEC dos precatórios seria usado para ampliar o Bolsa Família com o objetivo de garantir a reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Segundo ele, tudo será feito dentro do regime de responsabilidade fiscal.

“Entendendo que existe ruído de associar processo eleitoral a medidas. Mas o País fez medidas estruturais na pandemia e dentro do regime de responsabilidade fiscal”, destacando que o compromisso do Congresso com o fiscal é importante.

Campos Neto citou novamente que há enorme alta de inflação no mundo inteiro, mas que tende a ser temporária. Segundo ele, a pandemia alterou o padrão de consumo, com substituição de serviços por bens, mas, com a reabertura das economias, isso deve se normalizar, com o arrefecimento da inflação de bens. Há seis meses, quando a lei da autonomia do BC entrou em vigor, os economistas do mercado financeiro esperavam uma inflação comportada, de 3,82% neste ano. Agora, esperam que o índice oficial de preços termine o ano em 7,11% em 2021, muito acima do teto da meta para este ano (de 5,25%) e quase o dobro do centro do alvo (de 3,75%). Campos Neto reconheceu que o Brasil tem inflação alta, mas estaria próximo de países pares, como Rússia e Índia. “O Brasil tem coisas particulares, mas tem processo de alta de inflação generalizada”, afirmou.

De acordo com o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – inflação oficial do País – registrou alta de 0,96% em julho, chegando a 8,99% no acumulado dos últimos 12 meses, maior porcentual desde maio de 2016, quando estava em 9,32%. Em 2021, o IPCA acumula alta de 4,76%.

## **Ex-ministros defendem precatórios fora do teto**

### **O Estado de S. Paulo**

Ex-ministros e ex-secretários do Tesouro ouvidos pelo ‘Estadão’ convergem ao desaprovar o uso de uma emenda à Constituição para parcelar em até dez anos dívidas já definidas pela Justiça; a PEC foi apresentada pelo governo como melhor solução Pedro Parente, Eduardo Guardia, Mansueto Almeida, Amaury Bier e Carlos Kawall. Esse time composto por ex-integrantes de equipes econômicas de governos anteriores defende a retirada parcial ou integral dos precatórios do teto de gastos para evitar a moratória e o aumento da insegurança jurídica. Para eles, há riscos no parcelamento em até dez anos dos precatórios incluído numa PEC enviada pelo governo ao Congresso, que enfrenta resistências e tem gerado turbulências no mercado.

A PEC foi a solução encontrada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, depois que o Judiciário apresentou uma despesa de R\$ 89 bilhões com pagamento dessas sentenças judiciais em 2022 – gasto que o governo afirma não ter como acomodar no Orçamento sem comprometer as políticas públicas. Entre as soluções consideradas possíveis, está a de retirar do alcance do teto (a regra que limita o avanço das despesas à inflação e é a âncora do governo para indicar sustentabilidade das contas) apenas o “excesso” de crescimento das dívidas judiciais, isto é, os cerca R\$ 30 bilhões de aumento acima do previsto para 2022, mantendo uma regra semelhante para anos seguintes. Outra opção é retirar toda a despesa com precatórios do teto e recalcular o limite desde a sua origem, em 2016.

“O precatório é uma dívida e ponto final. O parcelamento não resolve. A ideia de retroagir é boa”, diz Pedro Parente, ex-ministro do Planejamento, da Casa Civil no governo FHC. Ele observa que as despesas do governo são apuradas pelo regime de competência, com registro de lançamento na hora que o evento acontece. “Se o regime é de competência para as despesas, o parcelamento não muda nada. Tem de reconhecer a despesa imediatamente”, explica Parente, atual presidente do conselho de administração da BRF.

Ex-ministro da Fazenda no governo Temer, Eduardo Guardia considera que, dada a magnitude do aumento de precatórios, a melhor solução é que essa despesa saia do teto. Segundo ele, ao retirar a despesa de precatório do teto, o mesmo tem de ser reduzido. “O ideal seria pelo valor médio anual efetivamente pago de precatório nos últimos anos, sem considerar o crescimento esperado para 2022”, diz. Segundo Guardia, quando o teto foi criado, a dívida de precatórios estava numa evolução compatível com o crescimento da despesa pública e se achava que fazia sentido que esse gasto ficasse dentro da regra. “O teto de gastos é um instrumento muito importante que criamos para conter as despesas correntes do governo para não sair aumentando salário, aumentando gasto de custeio.”

Sócio da Gávea e ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier diz que o parcelamento é uma “pseudo-solução” inapropriada para acomodar a conta de R\$ 89 bilhões. Na sua avaliação, não faz sentido do ponto de vista econômico a União pagar um pedaço dessa dívida e se endividar para parcelar o restante, ao invés de pagar

100% do débito e se endividar do mesmo jeito. “Para que fazer essa confusão? É só para dizer que ‘estou aqui cumprindo o teto?’ Para quê?”. Diretor do ASA Investments e ex-secretário do Tesouro no governo Lula, Carlos Kawall defende uma solução alternativa que não passe pela criação de um fundo de ativos para quitar os precatórios, previsto na PEC, e pelo parcelamento, mesmo que, excepcionalmente, exista algum espaço extra teto, “de preferência de forma temporária”.

Outro ex-secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, em artigo no Brasil Journal, recomendou uma solução negociada, e não imposta com uma regra permanente como a PEC do governo. “Apesar da boa intenção do governo ao propor a criação de um fundo com a receita de privatizações e concessões para pagar precatórios, essa proposta tem contribuído mais para o aumento da incerteza e risco fiscal”, escreveu Mansueto, que hoje é economista-chefe do BTG.

De acordo com Thiago Pessoa, responsável pelas mesas de operações do banco Morgan Stanley para América Latina, do ponto de vista dos investidores, o parcelamento dos precatórios da forma como está sendo proposto é visto em qualquer lugar do mundo como uma moratória. Para ele, esse é um gasto imprevisível e, desde lá atrás, talvez não devesse ter ficado dentro do teto. O economista considera que retirar do teto o que exceder 2,6% de receita corrente líquida seria uma opção na “escolha de Sofia” que tem de ser feita pelo governo.

## **Como driblar o risco de racionamento**

### **Folha de São Paulo**

Na corrida contra o tempo para evitar um racionamento nos moldes de 2001, com corte compulsório de energia, especialistas e executivos do setor apontam medidas para amenizar a crise. As soluções incluem medidas como contratação emergencial (por meio de cogeração ou térmicas), retorno do horário de verão, aceleração da instalação de painéis solares em residências e até cortes seletivos de energia em determinados momentos do dia. Isso não significa que o País conseguiria escapar do racionamento. Mas, poderia reduzir o tamanho de eventuais cortes no fornecimento de energia. Uma das primeiras iniciativas que o governo precisa adotar, é a criação de uma campanha publicitária para explicar a situação do setor.

Para a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, a medida tende a criar maior engajamento da sociedade na redução do consumo. Muita gente ainda não entendeu – ou não sabe – a real dimensão da crise, reflexo da postura do governo em negar a gravidade do cenário. Hoje, segundo dados da consultoria PSR, a chance de o País ter problemas em horários de pico é de 30%, e de ser obrigado a decretar um racionamento tradicional, de 15%. “Nossas simulações e as do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) convergem no sentido de que o tamanho do racionamento não seria superior a 5% da carga e por pouco tempo”, diz o presidente da PSR, Luiz Barroso.

Na avaliação dos especialistas, as medidas anunciadas pelo governo, de redução voluntária de energia, são corretas, mas vieram no momento errado. “Estamos na crise desde maio, e as medidas de incentivo à redução do consumo só vão começar em setembro”, diz o professor da UFRJ Nivalde Castro. Para ele, uma medida que ajudaria a elevar a oferta seria uma negociação com a Bolívia para aumentar a cota do rio Madeira e, assim, elevar a produção da hidrelétrica de Jirau, em cerca de 700 MW médios.

Os especialistas dizem que, além de rezar pela chuva, é preciso torcer para que as medidas de redução surtam efeito. Mas o professor da COPPE/UFRJ Marcos Freitas destaca que a população já está tentando economizar por causa dos elevados preços da energia, com a adoção das bandeiras tarifárias. Mesmo assim, ele afirma que o governo tem de lançar mão de toda e qualquer medida que diminua a demanda, mesmo que o ganho seja pequeno. A sugestão dele é retomar o horário de verão para tentar deslocar o consumo em horário de pico.

Para David Zylbersztajn, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e ex-membro da Câmara de Gestão da Crise de Energia em 2001, não basta apenas dar bônus para as pessoas reduzirem o consumo. É preciso punir quem não consegue economizar. “É importante que se dê um sinal econômico da crise.” Apesar das medidas paliativas, os especialistas alertam que a situação é complicada e que o risco de racionamento está cada vez maior.

## Água, opção de investimento

### Broadcast

Como todo produto com risco de escassez, a água começa a aparecer como oportunidade de investimento para os setores financeiro e produtivo. Seja no saneamento, segundo maior setor que utiliza o insumo, seja em fundos dedicados, a água no Brasil ainda não chegou a atingir um preço justo, segundo especialistas, mas aos poucos o mercado brasileiro segue a tendência internacional de entender que o produto pode ficar mais escasso.

Os sinais mais emblemáticos vêm dos reservatórios das hidrelétricas, que estão com níveis críticos, mas outros setores produtivos, que disputam a água com a geração de energia, como agricultura e o próprio saneamento básico, começam a ser afetados.

A primeira iniciativa de um fundo de investimento dedicado à água veio de fora, pelas mãos das gestoras BNP Paribas e Blackrock, em 2020. A trilha foi seguida por alternativas locais, da XP e do Itaú. A ideia é investir em empresas que trabalhem para o uso mais eficiente da água, dentro ou fora do Brasil, na esteira do avanço da agenda ESG entre os investidores.

No mês passado foram lançados dois fundos, o Trend Água Tech, da XP, e o Vitreo Água, da plataforma de investimentos Vitreo. Já a Itaú Asset, gestora do banco, estreou no segmento em dezembro do ano passado, quando lançou o Itaú Index ESG Água, cujo patrimônio soma R\$ 21,2 milhões e acumula rentabilidade de 17,89% nos seis meses de existência.

No caso da XP, o fundo replica outro fundo, o Invesco Water Resources, que reúne 36 empresas na bolsa americana Nasdaq que atuam com tecnologias de extração, tratamento e distribuição de água. Uma das empresas está fazendo a dessalinização da água do mar, segundo Henrique Sana, estrategista de índices & ETFs (fundo de índices) da XP. “Existe uma demanda grande no mundo por investimentos em fundos temáticos. O tema água já tem globalmente US\$ 42 bilhões investidos. Só nos últimos 12 meses foram investidos US\$ 9 bilhões nele”, diz Sana.

De acordo com a responsável pela área de Produtos ESG da XP, Beatriz Vergueiro, muitas indústrias usam a água de maneira irresponsável, e, diante da crise hídrica e do aquecimento global, o preço da água tende a subir. A ideia é investir em empresas que

por meio da tecnologia vão revolucionar a maneira que usamos a água. “É nossa responsabilidade prever a tendência do futuro para o investidor”, afirma Beatriz, lembrando que, apesar de 70% da superfície da Terra ser coberta de água, apenas 3% é de água potável e 40% são usados pela agropecuária.

Há mais de 15 anos atuando no campo de investimento responsável, a Itaú Asset lançou o Itaú Index ESG Água para dar acesso aos investidores a um dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS 6) estabelecidos pela ONU em sua Agenda 2030, que busca garantir a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todas as pessoas. O fundo tem aplicação mínima de R\$ 1 e é restrito a investidores qualificados. O fundo tem patrimônio de R\$ 21,2 milhões e rentabilidade de 17,89% nos seis meses de existência.

Mesmo antes do casamento da plataforma de investimentos Vitreo e a Empiricus, que aguarda a aprovação do Banco Central, a casa de análises já serve de inspiração para a criação de fundos, como o Vitreo Água. O fundo foi lançado há um mês e é dedicado a empresas que estão inseridas na cadeia da água, como saneamento, purificação, dessalinização, ou que vendam tecnologia relacionada ao setor. Entre as brasileiras, apenas a empresa de saneamento Sanepar integra a carteira. A maior parte do fundo (80%) é formada por um derivativo que compra ETFs (fundo de índice) no exterior.

## **BNDES vira ‘sócio’ da Mesbla e de outras empresas que não existem mais**

### **Broadcast**

A estratégia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de vender ações de grandes companhias que detinha em sua carteira é um mantra da atual gestão, iniciada em julho de 2019. Desde então, foram vendidos cerca de R\$ 70 bilhões, com destaque para operações bilionárias envolvendo papéis da Petrobras e da Vale. Em 2020, porém, o banco também se tornou acionista de empresas inoperantes, em recuperação judicial ou falidas, como Mesbla, Motoradio e Pirâmides Brasília.

A Mesbla era uma marca forte do varejo até os anos 1990, quando foi à falência. A Motoradio foi uma tradicional fabricante de equipamentos de som para automóveis nos anos 1970 e 1980. Já a Pirâmides Brasília, fabricante de espuma para colchões (com a marca Pira Spuma), era atuante até a década de 1970. Mesmo inoperante, uma empresa pode seguir existindo formalmente, por exemplo, como massa falida – e, portanto, ter ações.

A entrada dessas firmas no capital do banco vai na contramão da estratégia vendedora, mas o BNDES foi obrigado a fazer isso por causa da extinção do antigo Fundo Pis/pasep, cujos recursos foram transferidos para o FGTS. O BNDES ressaltou que as ações de firmas “em processos de recuperação ou falência ou outras situações inoperantes” foram “incorporadas” ao balanço da BNDESPAR, a empresa de participações do banco, “sem custo de aquisição”. Com exceção da compra de uma fatia de 8% do capital da VLI, operadora ferroviária controlada pela Vale, as aquisições de ações de 2020 vieram do Fundo de Participação Social (FPS), uma “subconta” do Fundo Pis/pasep. Extinto com a transferência para o FGTS, o Pis/pasep foi criado em 1975, não recebia novos recursos desde 1988 e era administrado pelo BNDES. Para executar a transferência de R\$ 20,7 bilhões do Pis/pasep, o BNDES foi obrigado a adquirir os ativos do FPS, porque os recursos tinham de ser “líquidos”, ou seja, sacados pelos trabalhadores.

Com a aquisição dos ativos do FPS, o BNDES se tornou acionista de empresas como a Mesbla, Motoradio, Pirâmides Brasília e outras como Paranapanema, Vulcabras, além de ter recebido mais ações da Petrobras. O último relatório de gestão do Fundo Pis/pasep, de 2020, classifica como “com evidência qualitativa de perdas” as ações de Lorenz, Mesbla, Motoradio, Nova América, Pirâmides Brasília, Transparan, Usina Santa Olímpia, Brasperola, SAM, Chapecó, Kosmos e Madef. Por todo o bolo do FPS, o BNDES pagou R\$ 226,3 milhões, segundo o relatório de gestão do Pis/pasep. O valor é pequeno perto do total da carteira de participações societárias do BNDES, avaliada em cerca de R\$ 70 bilhões. Mesmo após vender R\$ 22 bilhões em ações da Petrobras numa megaoferta em fevereiro de 2020, a participação na petroleira segue sendo a maior na carteira do BNDES: 8,1% do capital da estatal, avaliados em R\$ 30,9 bilhões.

## Sociedade precisa ser incluída no debate sobre clima

### Broadcast

Com as redes sociais, as pessoas costumam opinar sobre diferentes temas, o tempo todo. E, quando a questão é a proteção da natureza e sustentabilidade, até aqueles que não estão falando diretamente sobre o assunto acabam se posicionando. Mas o silêncio de parte da população acaba tendo um impacto negativo na busca por soluções para problemas como o aquecimento global. Esse foi um dos pontos de discussão ontem de painel de encerramento da Conferência Brasil Verde 2021. Fábio Alperowitch, fundador da gestora Fama Investimentos, por exemplo, percebeu que precisava sair mais do escritório de sua empresa para explicar o que é ESG. Por isso, partiu para as redes sociais.

Na discussão, foi abordada a necessidade de tentar mostrar para as pessoas a importância da natureza na vida de todos e ajudar na criação de uma conexão real com ela. É isso o que a atriz e ativista Laila Zaid vem fazendo com os seus filhos desde o início da pandemia – as crianças passaram a frequentar uma escola florestal para entender desde cedo a importância da natureza. “Eu fui privilegiada por poder ter ido morar no meio do mato e ali vimos as crianças sendo criadas pela natureza, ficando curiosos e até aprendendo a lidar com a morte”, afirma Leila. A atriz, que também tem um projeto de educação socioambiental para crianças no Rio de Janeiro, lançou o livro infantil Manual para Super-heróis: o Início da Revolução Sustentável, que ensina as crianças a viver em maior harmonia com a natureza.

Para Luis Fernando Laranja, fundador da Kaeté Investimentos, essa educação é fundamental para que as pessoas e empresas entendam o tamanho do impacto de suas atitudes no planeta como um todo. O nome Kaeté, inclusive, vem do tupi-guarani e significa “mata preservada”. Essa é uma das principais funções da gestora de private equity de Laranja, totalmente focada em investimentos de impacto.

No total, a empresa já realizou 17 transações, totalizando R\$ 1,1 bilhão nos últimos dez anos. A gestora foca em regiões fora dos principais centros do País e em projetos que visam a incentivar a utilização mais eficiente de recursos naturais. Como o empresário foi professor de bioquímica antes de fundar a gestora, um dos pontos que mais chamam sua atenção é a questão dos alimentos. Para ele, é necessário pensar

numa maneira mais eficiente e sustentável de produzir comida. “Estamos indo num ritmo acelerado para uma catástrofe climática. Grande parte das nossas terras é destinada para pecuária e é possível incluir as árvores para diminuir o impacto do setor”, diz Laranja.

## **Os setores onde não faltam empregos**

### **O Estado de S. Paulo**

Em meio a 14,8 milhões de brasileiros desempregados – a maior marca desde o início da PNAD, em 2012 –, há setores que estão contratando e vivem uma realidade completamente diferente da que predomina no País. Na construção, faltam pedreiros, azulejistas e outros trabalhadores para funções básicas. No campo, há leilão de salários para admitir vaqueiros e operadores de máquinas. E, com o avanço da digitalização, empresas de logística e tecnologia viraram grandes demandantes de mão de obra. Os bolsões de aquecimento do mercado de trabalho com e sem carteira assinada estão concentrados em praticamente três de dez setores – agropecuária, construção e serviços prestados a empresas –, revela um estudo feito pela consultoria IDados, com base na PNAD Contínua. Em maio deste ano, a construção empregava quase 12% a mais do que em maio de 2020, o auge da crise sanitária. Em seguida, vem a agropecuária, com avanço de cerca de 10% no pessoal ocupado. Por fim, estão os serviços prestados a empresas, com crescimento perto de 6%.

“É uma recuperação frágil do mercado de trabalho, já que muitos setores hoje não têm aumento na ocupação em relação ao auge da crise, em maio de 2020”, afirma Bruno Ottoni, economista da consultoria e responsável pelo estudo. Ele ressalta que cinco setores têm queda da ocupação e dois – emprego doméstico e indústria – permanecem estáveis na comparação com maio de 2020. Também em relação ao período pré-pandemia, maio de 2019, quando o desemprego era alto, a maioria dos segmentos continua com o nível de ocupação no vermelho.

Pesquisa da firma de consultoria e auditoria PwC Brasil, feita com 62 empresas de 16 segmentos entre outubro de 2020 e março de 2021, atesta esse resultado. A enquete revelou que 79% das companhias ampliaram os quadros, com crescimento de até 30% nas contratações, puxadas pelo agronegócio e tecnologia. “O resultado

surpreendeu positivamente, quando a gente vê os índices de desemprego tão elevados”, diz Flávia Fernandes, sócia da PwC.

Impulsionada pelo boom das commodities, a ocupação na agropecuária hoje supera o auge da crise e é maior do que antes da pandemia. Atualmente, há 8,7 milhões trabalhadores no campo e a ocupação cresce por sete meses seguidos. “Com o aumento da cotação da soja e do boi, produtores estão ampliando as safras e os rebanhos. Isso aumentou muito a procura por mão de obra, inclusive com leilão de salários e crescimento da rotatividade”, afirma Jaqueline Lubaski, sócia da consultoria de RH Destrave Desenvolvimento.

Há 25 anos atendendo a grandes empresas do agronegócio, ela não havia presenciado um aumento generalizado da procura por trabalhadores: do gerente ao vaqueiro. “Estamos desesperados porque não temos vaqueiros nem capataz.” Um ano atrás, o salário de um capataz no Centro-Oeste estava em R\$ 2,5 mil, com moradia, água, luz, internet. Hoje, Jaqueline conta que oferece R\$ 3,5 mil, mais vale alimentação de R\$ 618, e não consegue contratar.

O quadro se repete na construção, especialmente na capital paulista. Empreiteiras de São Paulo – que virou um grande canteiro de obras na pandemia –, enfrentam a falta de pedreiros, encanadores, eletricitas, conta o vice-presidente de Relações Institucionais do Sinduscon-SP, Yorki Estefan. A demanda está sendo puxada pelo aumento dos lançamentos, que foi de 183% no primeiro semestre deste ano ante 2020.

“Hoje, precisamos de dez pintores e não encontramos”, afirma Gilvan Delgado, dono da empreiteira Atacama. Para suprir a falta, ele contratou Marcos Paulo Viana, de 33 anos, que veio do setor de panificação, sem experiência na construção. O reflexo dessa escassez já bateu nos salários. “O dissídio dos trabalhadores em maio foi por volta de 7% e estamos tendo de pagar 15%”, diz Mario Rocha, CEO da construtora Rocontec. Com os prêmios, Antonio de Sousa Ramalho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo, conta que há pedreiro tirando R\$ 8 mil, enquanto o piso é de R\$ 2.030.

Outro setor com alta na ocupação é o de serviços prestados às empresas, que inclui logística, serviços financeiros online e tecnologia da informação. No primeiro

semestre, foram feitas 100 milhões de compras online, segundo o Ebit-Nielsen. E, por trás de cada transação, há uma massa de trabalhadores. O Mercado Livre, por exemplo, um dos gigantes do setor, vai ter recorde de admissões neste ano. Fechou 2020 com 4,9 mil empregados diretos, hoje tem 10 mil e vai encerrar 2021 com 16 mil. “Crescemos muito as contratações por conta de logística, tecnologia e serviços financeiros”, diz Patrícia Monteiro, diretora de People.

## **Salários perdem a corrida com a inflação**

### **O Estado de S. Paulo**

Era previsível, mas não deixa de ser dramático para milhares de famílias. Os salários voltaram a perder a corrida com a inflação. “Julho foi o mês mais cruel (para os trabalhadores assalariados) em 12 meses”, afirma o mais recente boletim Salariômetro, elaborado por técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo.

O Salariômetro acompanha as negociações coletivas registradas no Ministério da Economia. Os dados de julho mostram o que já se podia esperar. Com a aceleração da inflação e o crescimento modesto da economia, que não permite a ampliação do emprego, a remuneração real dos trabalhadores tende a ficar estagnada ou mesmo cair. No momento, em média já começou a cair. A pandemia dificultou a vida para todos – no mercado de trabalho, tanto para empregados como para empregadores. Em 12 meses, em nenhum o reajuste mediano dos salários negociados coletivamente entre eles superou a inflação. Mas, na maioria dos meses, pelo menos evitou perdas reais, o que ocorreu em quatro oportunidades. Mesmo nesses casos, porém, as perdas reais foram inferiores a 1,0%.

Em julho, o reajuste mediano negociado ficou em 7,6% para uma inflação acumulada de 12 meses de 9,2%. A perda, portanto, foi, em média, de 1,6 ponto porcentual. Daí o adjetivo “cruel” utilizado pelo Salariômetro para avaliar o resultado do mês.

O referencial de inflação utilizado pela Fipe é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a oscilação dos preços de bens mais consumidos por famílias com renda de um a cinco salários mínimos. Por isso, é o índice utilizado como

parâmetro para negociações salariais. Nesse indicador, é grande o peso de itens de consumo doméstico dessas famílias, como os alimentos e o gás de cozinha, cuja alta tem sido expressiva nos últimos meses.

Com baixa oferta de empregos, os trabalhadores têm menor poder de barganha para negociar salários. Como a economia cresce muito pouco, as empresas não conseguem repor a inflação nos salários, pois se o fizessem teriam de repassar para o preço final num momento de baixa demanda. Os sinais são de que esse quadro deve se manter nos próximos meses.

***Assessoria de Comunicação – Sedet***  
***Fone: (85) 3444.2900***  
***[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)***

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
População em idade de trabalhar	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN - JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.